

Diário do Legislativo de 18/06/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 44ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 16/6/2005

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elisa Costa - Gilberto Abramo - Irani Barbosa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, a lista registra a existência de número regimental. Mas, verificando, de plano, percebo a inexistência de quórum, razão por que solicito o encerramento da reunião.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito recomposição do quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Leonídio Bouças) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 20 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, uma vez que permaneceu em ordem do dia para discussão por seis reuniões; e informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto emenda do Deputado Márcio Kangussu, que recebeu o nº 1, e emendas do Deputado Adalclever Lopes, que receberam os nºs 2 e 3, as quais, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer e têm o seguinte teor:

Emendas ao Projeto de Lei nº 2.178/2005

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte inciso VII:

"Art. 2º - (...)

VII - destinação de 20% (vinte por cento) para serem aplicados na continuação das obras de pavimentação asfáltica da Rodovia BR-367.".

Sala das Reuniões, 16 de junho de 2005.

Márcio Kangussu

Justificação: Esta emenda ao Projeto de Lei nº 2.178/2005, acrescentando o inciso proposto, se fundamenta na nossa intenção de integrar o Polo Turístico de Diamantina ao Pólo Turístico de Porto Seguro. A BR-367, que atravessa uma extensa área do Estado e interliga o Alto, o Médio e o Baixo Jequitinhonha, chegando até o extremo Sul da Bahia, é uma rodovia estratégica para promover a integração da região e ser também um grande agente de desenvolvimento, incrementando, sobretudo, o turismo regional.

Outro fator de extrema relevância é que a região seria a principal porta de entrada para o litoral sul da Bahia, servindo a turistas locais e de outras regiões de Minas, bem como de outros Estados, que poderiam usar a BR-367 como melhor opção de acesso para a Bahia e o Nordeste.

A BR-367 foi criada e iniciada, no governo de Juscelino Kubitschek, já com a perspectiva de desenvolvimento integrado do Vale do Jequitinhonha e do extremo Sul da Bahia. Sem a conclusão desta importante obra, todas as outras ações tornar-se-iam inviáveis.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 12.826, de 21/5/98, o seguinte § 1º:

"Art. 2º - (...)

§ 1º - O Prodetur-NE II, obrigatoriamente, implementará ações que visem a incrementar o turismo no Vale do Jequitinhonha.".

Sala das Reuniões, 16 de junho de 2005.

Adalclever Lopes

EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 12.826, de 21/5/98, o seguinte § 2º:

"Art. 2º - (...)

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no inciso I deste artigo, serão realizadas operações de crédito que disponibilizem recursos para o asfaltamento da BR-367, que liga Diamantina ao Sul da Bahia, através do Vale do Jequitinhonha.".

Sala das Reuniões, 16 de junho de 2005.

Adalclever Lopes

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 20

horas, e de segunda-feira, dia 20, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/6/2005

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Leonardo Quintão e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Leonardo Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.176/2005, no 1º turno (Deputado Leonardo Quintão). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.774 a 4.783, 4.816 a 4.827, 4.836 a 4.838, 4.840 a 4.843, 4.846 a 4.855 e 4.869 a 4.878/2005. A seguir, é anunciada a votação do Requerimento nº 4.831/2005. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita seja adiada a votação do referido requerimento. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Ouro Branco, com a finalidade de debater a questão habitacional dos moradores do Bairro Belvedere II naquela cidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente - Biel Rocha - Laudelino Augusto.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/6/2005

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados João Bittar, André Quintão (substituindo este ao Deputado Carlos Gomes, por indicação da Liderança do PT) e Márcio Kangussu (substituindo a Deputada Maria Olívia, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Bittar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão e Márcio Kangussu em que pedem seja agendada reunião conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Participação Popular para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2005.

João Bittar, Presidente - Carlos Gomes - Maria Olívia.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial DAS Estâncias Hidrominerais do Sul de Minas NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 9/6/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Olívia e os Deputados Dilzon Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Laudelino Augusto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir explanação do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre o plano direcionado à recuperação das estâncias hidrominerais sul-mineiras, bem como a conhecer os principais problemas da região. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Laudelino Augusto, Dilzon Melo e da Deputada Maria Olívia (9), em que solicitam sejam os estudos desta Comissão estendidos a todas as estâncias hidrominerais do Estado; seja solicitado ao Conselho Federal de Medicina e ao Ministério da Educação inclusão na grade curricular da matéria Crenologia - uso terapêutico das águas minerais; sejam consideradas para elaboração do relatório final desta Comissão, bem como para o desenvolvimento de seus trabalhos, os documentos produzidos a partir de eventos realizados com os mesmos objetivos por esta Comissão; seja solicitado ao Presidente desta Casa contrato de parceria entre a Assembléia Legislativa e a Secretaria de Estado de Turismo, visando criar, por meio da TV Assembléia, programa de divulgação dos atrativos turísticos do Estado; seja realizada reunião com o Presidente do BDMG para discutir liberação de empréstimos aos Municípios; seja convidado o Sr. Enzo Nico, Chefe do DNPM do Estado de São Paulo e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Crenologia, para subsidiar os trabalhos desta Comissão; seja apresentada emenda à LDO para consignar dotação orçamentária específica para ações de recuperação dos parques das águas localizados no Sul do Estado; sejam solicitadas ao Instituto Estrada Real informações sobre a existência de recursos alocados em favor da Estrada Real do Sul de Minas; seja formulado apelo ao DNIT e ao DER-MG com vistas à recuperação e melhoria das estradas de acesso às estâncias hidrominerais. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto em tela. Registra-se a presença dos Srs. Marcelo Nassif, Diretor da Codemig, representando o Sr. Wilson Nélio Brumer, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Marco Vinícius Marques Félix, Prefeito Municipal de Cambuquira; Isaac Rosental, Prefeito Municipal de Caxambu; Sebastião Carlos dos Reis, Prefeito Municipal de Lambari; Rodrigo de Mello Jacob, Secretário de Turismo do Município de Caxambu; Carlos Lourenço Mota Martins, Secretário de Turismo de São Lourenço; Maricene Menezes de Oliveira Matos Paixão, Assessora Técnica do Igam; Michele Alessandra Maciel, Turismóloga do Instituto Estrada Real, e Renato Resende, representante do BDMG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2005.

Dilzon Melo, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Elisa Costa.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 9/6/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e Miguel Martini, membros da

supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 430/2005 (relator: Deputado Miguel Martini) na forma da emenda apresentada. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado André Quintão, em que pedem a realização de reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária com o objetivo de discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 2.328/2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2006, tendo como convidados os Secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão - Adalclever Lopes.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/6/2005

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Ermano Batista (substituindo este à Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BPS) e Sargento Rodrigues (substituindo o Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado José Henrique. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar o funcionamento do processo legislativo mineiro e, em especial, a discutir assuntos pertinentes à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre a matéria objeto desta Comissão. Registra-se a presença das Sras. Idania Arteaga Monge, Assessora Legal do Ministério de Educação Pública da República da Costa Rica; Cláudia Sampaio Costa, Diretora Legislativa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; dos Srs. Alexandre Guimarães, Assessor da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; João Alberto Paixão Lages, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Luiz Henrique de Vasconcelos, Vice-Presidente da Companhia Mineira de Promoções-Prominas, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados José Henrique, em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Governador Valadares para debater a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce; Doutor Viana, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a aplicação das tabelas no plano de carreira da educação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2005.

Ana Maria Resende, Presidente - Biel Rocha - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial do IPSEMG, em 14/6/2005

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Ivair Nogueira e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão. Registra-se a presença da Sra. Renata Paes de Vilhena, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Eduardo Antônio Codo, Diretor da Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF -; Mauro Lobo Martins Junior, Presidente do Ipsemg; Roberto Porto Fonseca, Diretor de Saúde do Ipsemg, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2005.

Miguel Martini, Presidente - Carlos Pimenta.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 21/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 21/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.960/2004, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.104/2005, do Deputado José Henrique; 2.277/2005, do Deputado Ermano Batista; 2.295, 2.326 e 2.302/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 2.296/2005, do Deputado João Leite; 2.304/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.308/2005, do Deputado João Bittar; 2.310/2005, dos Deputados Paulo Piau, Olinto Godinho e Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 23/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater as políticas públicas de juventude e a proposta de criação de uma comissão especial sobre o tema.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 20/6/2005, destinada à comemoração do 15º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palácio da Inconfidência, 17 de junho de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO*

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Fahim Sawan, Ivair Nogueira e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2005, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir com a Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, o Projeto de Lei nº 2.328/2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2006, a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, com os convidados mencionados na pauta, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

* - Fica sem efeito o edital publicado na edição da 17/5/2005, na pág. 41, col. 1.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Jésus Lima, o projeto de lei em análise autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER-MG - a assumir a estrada que menciona.

Publicada em 31/5/2005, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça para receber parecer quanto à juridicidade, à constitucionalidade e à legalidade, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, do Regimento Interno.

Fundamentação

A "estadualização" de rodovias municipais tem sido objeto de várias proposições apresentadas nesta Casa. Por meio de proposições autorizativas, pretende-se que o DER-MG assuma o controle de rodovia pertencente a Município, uma vez que muitos deles não dispõem de recursos para fazer face às despesas com a sua manutenção.

Esta Comissão, ao examinar projetos dessa natureza, reiteradas vezes já se pronunciou pela inviabilidade jurídica da medida.

Com efeito, não se pode admitir que o Estado se apodere de bem público municipal mediante a edição de uma lei estadual, ainda que o Município o deseje. Essa lei, no caso, consubstancia um ato de vontade do Estado, expresso unilateralmente, sem o assentimento do Município. Um bem municipal só poderia ser transferido para o domínio do Estado por meio dos instrumentos jurídicos específicos pelos quais se opera a transferência da titularidade sobre uma propriedade, como é o caso da desapropriação ou da aquisição, por exemplo. Fosse possível ao Estado assumir o controle e a manutenção de um bem municipal mediante a edição de uma lei estadual nos termos preconizados pela proposição em exame, poderia, também, caso o quisesse, apropriar-se de outros bens, como prédios públicos, bens móveis e outros, a pretexto de bem conservá-los, bastando, para tanto, autorização legislativa para fazê-lo. Admitir tal possibilidade seria violar a autonomia política, administrativa e financeira do Município, ferindo o pacto federativo no qual se alicerça a República.

No caso em questão, o que se pretende é a colaboração do Estado na manutenção da rodovia municipal. A cooperação entre os entes federados se materializa, geralmente, pela via dos convênios, livremente pactuados entre os interessados.

A Lei nº 11.403, de 1994, que organiza o DER- MG, disciplina as formas de cooperação dessa autarquia com os Municípios, assim dispondo em seu art. 3º, incisos III, VIII e X:

"Art. 3 - Para a consecução dos seus objetivos, compete ao DER-MG:

(...)

III - executar, direta e indiretamente, os serviços de projetos, implantação, pavimentação, conservação, recuperação e melhoramento em estradas de rodagem sob sua jurisdição ou em outras rodovias e portos fluviais, mediante convênio com as entidades de direito público interessadas, assegurada a proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação própria;

VIII - articular-se, mediante convênio, contrato, ajuste ou acordo, com entidades públicas e privadas, para integrar as atividades rodoviária e de transporte no Estado, bem como estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança de trânsito nas rodovias;

X - cooperar, técnica e financeiramente, com o município em atividades de interesse comum, integradas nas respectivas competências;" (grifos nossos).

Vê-se, dessas disposições, que o DER-MG já pode cooperar com os Municípios, seja executando diretamente o serviço de manutenção de rodovia municipal, seja prestando apoio técnico ou financeiro, bastando, para tanto, que o Estado e o Município se articulem e celebrem convênio ou outro ajuste nesse sentido. Portanto, além de observar que é desnecessário autorizar o DER-MG a promover tal tipo de acordo, uma vez que a citada lei já o autoriza, cumpre acrescentar que não caberia ao Poder Legislativo editar lei autorizativa para a celebração de convênios ou outros ajustes, conforme se pronunciou o Supremo Tribunal Federal na ADIN nº 165-5, o qual considerou inconstitucional o inciso XXV do art. 62 da Carta mineira, que submetia a celebração do referido instrumento ao crivo autorizativo deste Parlamento.

Com base no exposto, a proposição, ao pretender transferir para o Estado, por meio de lei, o controle de via municipal, padece de vício de inconstitucionalidade, por violar a autonomia do Município. Ademais, os instrumentos de colaboração entre o Estado e os Municípios já estão devidamente instituídos e previstos pelo ordenamento jurídico vigente, prescindindo de autorização legislativa para serem levados a termo.

Conclusão

Concluimos pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.349/2005.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2005.

Gilberto Abramo, Presidente - Sebastião Costa, relator - Adelmo Carneiro Leão - Gustavo Corrêa.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso à Jucemg pelo 112º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 4.751/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Sra. Elzira Augusta de Oliveira Barros por sua eleição como Vice-Prefeita Municipal de Dores do Turvo (Requerimento nº 4.774/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Jorge Paula Bispo Ruback por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Eugénópolis (Requerimento nº 4.775/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Otávio Tonazio por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Estrela D'alva (Requerimento nº 4.776/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Aloísio Barbosa por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Espera Feliz (Requerimento nº 4.777/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Antônio de Resende por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Entre-Rios de Minas (Requerimento nº 4.778/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Caetano Aliane Júnior por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Dores de Campos (Requerimento nº 4.779/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Nelson Gomes Filho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Divinésia (Requerimento nº 4.780/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Crisóstomo Lopes da Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Desterro do Melo (Requerimento nº 4.781/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Messias Ferreira Guedes por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Felício dos Santos (Requerimento nº 4.782/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Armando Delacio Júnior por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Faria Lemos (Requerimento nº 4.783/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de aplauso ao Sr. Mário Assad pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.785/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de aplauso à diretoria da ACMinas pela posse do Conselho Empresarial de Política e Estratégias da entidade (Requerimento nº 4.786/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de congratulações com o Sr. Joaquim Bartholomeu Ferraz por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Fervedouro (Requerimento nº 4.816/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Elisabete Gomes Guimarães Marim por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Guaraciaba (Requerimento nº 4.817/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Luciana Alvim Bellotti Furtado por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Guarani (Requerimento nº 4.818/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Maria Aparecida Carvalho Nascimento por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Madre de Deus de Minas (Requerimento nº 4.819/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Júlia Magalhães de Meirelles por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Guidoal (Requerimento nº 4.820/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Sônia Maria Coelho Milagres por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Senhora dos Remédios (Requerimento nº 4.821/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Valéria de Melo Nunes Lopes por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ouro Branco (Requerimento nº 4.822/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Corina de Lourdes Magalhães por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Minduri (Requerimento nº 4.823/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Sebastião Mendonça Sobrinho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ibertioga (Requerimento nº 4.824/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Ferreira de Rezende por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Itutinga (Requerimento nº 4.825/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Valdir Luiz Tomé Dias por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Jeceaba (Requerimento nº 4.826/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Dehon Campos Alves por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Liberdade (Requerimento nº 4.827/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a comunidade de Brasília de Minas pelo aniversário de emancipação político-administrativa desse Município, a ser comemorado em 26 de julho (Requerimento nº 4.836/2005, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Bocaiúva pelo aniversário de emancipação político-administrativa desse Município, a ser comemorado em 14 de julho (Requerimento nº 4.837/2005, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Montes Claros pelo aniversário de emancipação político-administrativa desse Município, a ser comemorado em 3 de julho (Requerimento nº 4.838/2005, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Ferros pelo transcurso do 21º aniversário de emancipação político-administrativa desse Município (Requerimento nº 4.840/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Raul Soares pelo transcurso do 82º aniversário de emancipação político-administrativa desse Município (Requerimento nº 4.841/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Mesquita pelo transcurso do 82º aniversário de emancipação político-administrativa desse Município (Requerimento nº 4.842/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Luz pelo transcurso do 82º aniversário de emancipação político-administrativa desse Município (Requerimento nº 4.843/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com o Sr. Adilson da Silva Ferraz por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Guiricema (Requerimento nº 4.846/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com a Sra. Maria do Socorro Barbosa Teixeira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Rio Acima (Requerimento nº 4.847/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Batista Sales Filho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Guarará (Requerimento nº 4.848/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Amâncio de Faria por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Manhuaçu (Requerimento nº 4.849/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Jair Teixeira de Rezende por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Mar de Espanha (Requerimento nº 4.850/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Joaquim Carlos Perota por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Matias Barbosa (Requerimento nº 4.851/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Inácio Batista da Silva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Nazareno (Requerimento nº 4.852/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Sebastião Henrique do Carmo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Orizânia (Requerimento nº 4.853/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Manoel José de Oliveira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Pedro Teixeira (Requerimento nº 4.854/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Lucinda Neto por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Piedade do Rio Grande (Requerimento nº 4.855/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Maurílio José de Lima por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Prados (Requerimento nº 4.869/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Paulo César Fortuna Dias por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Resende Costa (Requerimento nº 4.870/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. José Lafayette Belo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ressaquinha (Requerimento nº 4.871/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Sandro de Oliveira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Rio Preto (Requerimento nº 4.872/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Daniel de Souza Pires por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São Brás do Suaçuí (Requerimento nº 4.873/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Oswaldo Henrique Marcondes por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São Gotardo (Requerimento nº 4.874/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Francisco Takeshi de Souza Uejo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São Gotardo (Requerimento nº 4.875/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Carlos Júnior por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São João do Manhuaçu (Requerimento nº 4.876/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. Walter José Lessa por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São Lourenço (Requerimento nº 4.877/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Sr. João Henrique Pereira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São Tiago (Requerimento nº 4.878/2005, do Deputado Sebastião Helvécio);

de congratulações com o Ten.-Cel. Ronildo José dos Santos pelo trabalho desenvolvido à frente da 7ª Companhia da PMMG, em Santa Luzia (Requerimento nº 4.957/2005, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Juiz da Vara de Execução Criminal da Comarca de Santa Luzia por seu empenho na implantação da Apac dessa Comarca (Requerimento nº 4.958/2005, da Comissão de Direitos Humanos).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/6/2005

O Deputado Elmiro Nascimento - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Millor Fernandes abre seu artigo na revista "Veja" de duas semanas passadas com uma inconfidência. afirmou ele: "Henrique Meirelles, Waldomiro Dinis, Romero Jucá, Orestes Quércia, Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Jefferson e Paulo Maluf, ocasionalmente citados nesta página, são personagens fictícios. Qualquer semelhança com pessoas existentes é mera coincidência".

A mesma revista, a partir da pág. 68, mostra que em uma América Latina que não acha o caminho para o desenvolvimento, o Chile é a ovelha desgarrada que encontrou uma forma econômica de sucesso. A seguir, aponta as cinco principais causas que possibilitaram ao País uma taxa média de crescimento anual de 5,5% ao longo dos últimos 20 anos. A segunda causa do sucesso do Chile é apontada da seguinte maneira: "Os impostos foram reduzidos, e a arrecadação, simplificada. Atualmente, as empresas pagam um único imposto de menos de 20%. Isso ajuda a aumentar os investimentos e faz com que a sonegação seja a mais baixa da América Latina".

O que há em comum, senhoras e senhores, com a afirmativa de Millor Fernandes e a taxa de crescimento do Chile? Simples. É que a eleição do Presidente Lula representou para todo o Brasil, independentemente da corrente político-partidária a que pertence o cidadão brasileiro, a enorme esperança de que o País passaria por mudanças substanciais mediante as grandes reformas que há muito está a reclamar: a política, a fiscal, a tributária e a educacional.

Quando um intelectual do porte de Millor Fernandes, que ninguém pode sequer acusar de seguidor de FHC ou de ativista pró-neoliberalismo e muito menos insinuar que ele esteja a serviço da direita para desestabilizar governos democraticamente eleitos, repito: quando um intelectual do porte de Millor Fernandes vem a público e revela a mixórdia, a barafunda em que o governo federal está metido, é porque o sonho acabou. Aquela enorme esperança das grandes reformas foi reduzida à prática política perversa do toma-lá-dá-cá, tão condenada, que esperávamos ver extinta em nosso país.

A classe política passa pelo seu pior momento desde o escândalo dos "anões do Orçamento". Estamos envoltos no manto diáfano da ilusão. O povo não aguenta mais.

Neste momento, com a devida licença, faço um breve relato sobre a história dos tributos, desde o seu nascedouro até os dias atuais, sobretudo no que concerne à sua desastrosa e exagerada cobrança pelo governo federal brasileiro.

O tributo existe desde os primórdios da nossa civilização. O homem encontrou na instituição do tributo o caminho para o desenvolvimento ou o caminho para castigar vencidos. Na antiguidade a caça era uma condição básica da subsistência, arriscava-se a vida para obter o alimento. Os mais fortes e espertos dominavam os melhores lugares para a caça, e os mais fracos e menos numerosos tinham de oferecer-lhes parte da presa para continuar caçando naquelas terras. De forma capenga e desumana, brotava ali o embrião do tributo.

No decorrer do tempo, sob a tutela do poder político do Estado, o tributo foi tomando dimensões maiores. O Estado passou a colher os impostos, visando a transformá-los em serviços públicos. Isso quando os governantes mais ambiciosos e conscientes de seu absoluto poder não arrecadavam as taxas pensando em alimentar a sua vaidade e engordar os próprios bolsos, os bolsos de seus apaniguados e as burras de suas organizações. Se hoje quisermos lembrar Bergson, a situação nos é propícia para dizer que a história se repete numa curva helicoidal crescente no tempo e no espaço, e, parafraseando Millor Fernandes, tudo não passou de uma mera coincidência.

O Império Romano, por sua vez, impôs excessiva carga tributária aos povos vencidos e conquistados, ao passo que não exigia tributos dos cidadãos nascidos em seu território. Essa injusta e repudiante discriminação revoltou as massas populares, que se deslocaram para outros domicílios e ocupações para fugirem do pagamento de impostos e dos trabalhos forçados. Esse fato, somado a várias outras causas, contribuiu para a derrocada de Roma.

Na história moderna, embora similares, as coisas continuam diferentes. Nesse período ocorreram várias manifestações rebeldes por todo o mundo devido às injustas e violentas cobranças de impostos e tributos. Na Europa, a clássica Revolução Francesa teve como um dos focos a insatisfação do povo com a imposição dos abusivos e arbitrários impostos por parte do Estado absolutista. No Brasil, nessa mesma época, houve a derrama na região das Minas Gerais. A decisão da Coroa portuguesa de efetivar a cobrança de dívida fiscal atrasada, aliada à excessiva carga de impostos sobre a mineração do ouro, provocou um descontentamento generalizado na população da Capitania. Logo em seguida surgiu o movimento conhecido como Inconfidência Mineira. Vem daí, talvez, a formação do adágio de que o mineiro "dá um boi para não entrar na briga e uma boiada para não sair dela". É desse período também a formação do conceito de que mineiro bom paga impostos, mas não gosta de ser obrigado a pagar mais do que julga justo e necessário.

Deixemos de lado o passado para adentrarmos o presente. O volume de impostos no Brasil é de tal forma estarrecedor, que, não raro, ouvimos tributaristas do renome de Ives Gandra Martins e de Sacha Calmon Navarro Coelho proferirem alerta quanto ao risco de o governo matar a galinha dos ovos de ouro - o setor produtivo -, tamanha a carga tributária que incide sobre os brasileiros. Ela é tão forte que o Presidente Lula, na sua recente viagem de negócios, quando visitou o Japão e a Coreia, afiançou aos investidores desses países a possibilidade de a redução do custo de investimento em siderurgia poder chegar pelo menos a U\$150.000.000,00, graças à chamada "MP do Bem", medida provisória em análise pelo Congresso Nacional, a qual desonera indústrias destinadas à exportação. O espanto é enorme. Se, a par da benfazeja notícia de que uma medida provisória pode desonerar custo de implantação de indústrias no volume de U\$150.000.000,00, é importante que notemos o que há por detrás dessa informação: se o governo pode abrir mão de quantia tão vultosa é porque está sobrando gordura em outras áreas.

E, aí, cabe perguntar: e quanto ao setor produtivo destinado ao setor interno? Ele continuará pagando a carga, carregando a coroa, e levando no lombo?

Forçoso é reconhecer que, como bom mineiro, não posso concordar com a forma dessa cobrança desenfreada e abusiva que o governo federal impõe a todos nós, principalmente porque, em sã consciência, não posso aceitar a justificativa apresentada pelos próceres petistas de que "você, os neoliberais, os que apoiaram FHC, faziam a mesma coisa". Ora, o Brasil votou em peso no Presidente Lula para que "essa coisa", feita de forma igual e por todos os governos, fosse mudada. E o meu partido, o PFL, tem dado exemplo, ao fazer seu "mea-culpa" coletivo, público e voltado para o bem comum. Ao reconhecer seus erros do passado, juntou o discurso de perdão à prática de uma ação concreta em favor da sociedade. Por esse motivo, obrigou cada filiado com mandato no Congresso Nacional a cerrar fileiras e a votar contra o aumento de impostos, sob pena de ser expulso do Partido.

O momento é oportuno para dizer que a população brasileira, ao acreditar no governo Lula e nele depositar a esperança de uma vida melhor, foi traída e ludibriada. Por isso chamo a atenção do governo federal. Como relatado, percebe-se que os grandes movimentos revolucionários, entre outros motivos, eclodiram devido à alta carga tributária impingida à população.

A carga de impostos paga pelos trabalhadores brasileiros subiu no governo do PT, segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT. O Presidente daquele instituto, o advogado Gilberto Luyiz do Amaral, divulgou, no mês de abril, o estudo apontando que o total de impostos pagos pelos contribuintes foi de 36,74% do PIB no ano passado. Portanto um novo recorde brasileiro. O Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, afirmou que "os gastos com impostos são equivalentes aos dos países do Primeiro Mundo, mas as condições de vida e os benefícios oferecidos pelo governo não são do mesmo nível". A prometida reforma tributária, por exemplo, não consegue ser aprovada e virou mais uma novela do governo PT. E, pelo que parece, e graças ao esforço para se colocar debaixo do tapete as escabrosas acusações apontadas pela grande imprensa nacional, tal novela tende a ser interminável.

Essa triste realidade está causando discórdia entre os próprios governistas. Aqueles mais sensatos e sóbrios não aceitam, com razão, que os brasileiros paguem os impostos mais altos do mundo para viverem eternamente engordando as finanças dos agiotas internacionais. É lamentável que o nosso povo pague tão caro. É inaceitável que o nosso povo seja tão enganado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Elmiro Nascimento, primeiro agradeço a V. Exa. o aparte e parabeno-o pelo pronunciamento.

Como membro de seu Partido, gostaria de fazer eco com V. Exa. O que V. Exa. está dizendo hoje, neste Plenário, o PFL vem dizendo desde o início, que esse governo tem sido traumático e desastroso para o nosso País. Costumo dizer - e como também diz o Senador Mão Santa - que o Governo do PT mudou os dizeres da bandeira do nosso país e, em vez de ordem e progresso, está trazendo desordem e regresso. Um dos grandes motivos, se não o principal, é a alta carga tributária que incide sobre os nossos pequenos, médios e grandes empresários, que são, na verdade, o motor propulsor do desenvolvimento deste País.

Já dissemos várias e várias vezes, assim como já gritamos aos quatro cantos do Estado e do País, alertando a sociedade sobre as questões ligadas à corrupção deste governo. Em troca temos a paralisação total e irrestrita do Poder Executivo Federal e do Congresso Nacional, em virtude de diversas denúncias que atingem o alto escalão do governo - por que não dizer do braço direito do Presidente Lula? -, o Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Vivemos isso no início do governo, com o caso Waldomiro Diniz. Agora, o mesmo Ministro está envolvido com a questão do "mensalão", juntamente com o tesoureiro do partido do Presidente, acusado de ter uma sala ao lado da sala do Ministro José Dirceu, no Palácio dos Despachos.

Então, essas questões precisam ser reavaliadas. Como precisa ser reavaliada essa fome, essa sede do governo federal de apenas arrecadar.

Se estivesse usando o dinheiro dessa arrecadação brutal em infra-estrutura, seria muito bom, mas isso não vem acontecendo. Até dia 31/5/2005, o governo federal não tinha gasto nem sequer 1% do Orçamento de 2005 em investimento em nenhuma das Pastas do governo, seja na área da saúde, tão bravamente defendida pelos Deputados do PT na Assembléia Legislativa, seja na área da educação, dos transportes, nas rodovias do nosso Estado, que estão em estado caótico. Precisamos que o tempo corra. Não queremos que o Presidente Lula saia do poder antes da hora. Queremos que ele cumpra seu mandato até o último segundo para dar à população do nosso País o grande exemplo de que não se pode mais acreditar em gente irresponsável e mentirosa, que faz discursos demagogos. Precisamos de gente com competência e atitude para fazer deste País um país diferente, sem corrupção e sem o PT no governo. Muito obrigado.

O Deputado Elmiro Nascimento - E o engano é ainda maior quando analisamos nossa titulação: segundo lugar no "ranking" dos países que possuem as mais altas taxas de juros do mundo. Perdemos, por muito pouco, apenas para a Venezuela. Se for descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, o juro básico brasileiro é, disparado, o maior do mundo - 14,75% enquanto o da Turquia é de 7,5%. É oportuno esclarecer que o juro básico é aquele determinado pelo Banco Central e é parâmetro para as demais taxas praticadas na economia.

Conforme o jornalista Vinícius Mota, da "Folha de S. Paulo", o Brasil paga R\$300.000.000,00, dadas as elevadas taxas de juros, a cada 24 horas, para os detentores da dívida pública, o equivalente a dois "aerolulas" por dia para os aplicadores da ciranda financeira somente em juros. Por essa razão, não sobra dinheiro para investir no aprimoramento dos serviços de infra-estrutura.

O discurso do PT, ao acusar o PSDB e o PFL de responsáveis pelos problemas que o País vem enfrentando, não tem consistência. Tenho certeza de que o governo petista irá camuflar seu fracasso transferindo a responsabilidade para o PFL e o PSDB, com a justificativa de que "três anos não são suficientes para mudar séculos de exploração capitalista".

Porém, uma jornada de mil léguas começa com um primeiro passo. Qual o passo que o governo do PT mostrou ao povo e que fosse capaz de reduzir a carga tributária? Qual o passo que o governo do PT sinalizou para uma melhor distribuição de renda no País?

É inconcebível que o PT, pelo fato de sempre ter defendido uma política tributária mais justa e uma taxa de juros mais branda, medidas que em seu discurso eleitoral seriam fundamentais para melhorar a distribuição de renda, tenha a obrigação de reformular a sua forma de governar. Só que, pelo visto, tal não acontecerá.

A declaração do Presidente Lula de que "a economia vai surpreender outra vez" é a certeza que a população tem quanto à continuação da ausência de uma política tributária justa. Afinal de contas, o IBGE divulgou que o PIB cresceu apenas 0,3% no primeiro trimestre deste ano em relação aos últimos meses de 2004. Completou a informação com notícia ruim: foi a menor taxa de crescimento em quase dois anos.

Como se não bastasse, o condestável do regime, Ministro José Dirceu, anuncia que o Banco Central só baixará a taxa de juros "quando a inflação arrefecer".

E, coroando a sessão econômica dessas semanas, o governo anuncia que o superávit do mês de maio caiu 10,9% com o dólar baixo.

O Presidente Regional do PFL, Deputado Eliseu Resende, em preleção aos que compareceram em Pirapora para protestar contra a louca transposição do Rio São Francisco, afirmou: "No campo econômico, objeto central da propaganda oficial, evidencia-se um grande equívoco.

Num cenário internacional absolutamente favorável, algo que há muito não se via, sob a administração Lula, o Brasil vem obtendo resultados medíocres, comparados com o movimento registrado na economia da maioria dos países em desenvolvimento. Mesmo em 2004, todas as principais economias emergentes cresceram mais que a brasileira: China, 9,5%; Rússia, 7,1%; Índia, 6,5%. E nossa taxa foi inferior, no nosso continente, à de países como a Argentina, Venezuela e Peru. Assim, depois da retração do ano de 2003, o crescimento que se verifica em 2004 ocorreu não pela atuação governamental, mas apesar dela".

A equação taxas de juro elevadas mais arrocho tributário está asfixiando a atividade empresarial e a economia brasileira de forma indiscriminada.

A manutenção de taxas elevadas por tempo prolongado vem sufocando a atividade produtiva em níveis insuportáveis.

E eu, Deputado lá dos Patos de Minas, região das Gerais, onde a agricultura vem apresentando índices de desenvolvimento invejáveis, vejo-me, constantemente, cobrado pelas classes produtivas quanto à ação governamental em favor do homem que produz e do contribuinte que paga impostos tão altos. E sou obrigado a ouvir acusações do nosso homem simples do interior: "Deputado, esse mensalão e as mesadas que a imprensa tem mostrado nascem do dinheiro que o governo arrecada dos impostos, por isso não sobra para arrumar nossas estradas e nossa saúde!".

Como homem público, como Deputado – eleito para ser voz dos que não têm voz –, tenho de participar de debates sobre situações aflitivas do povo que me elegeram, e também o direito de indignar-me. Mais até, o dever de não aceitar a justificativa de que a questão política vivida no momento sobrepujou a ação administrativa do Palácio do Planalto.

A cadeia de elos imposto alto mais a concentração de imposto na esfera federal, mais a corrupção alastrada no poder público, é paradigmática para a população brasileira. Não há povo que vença sua pobreza, que supere sua dificuldade de vagas no mercado de trabalho, que encerre a politicagem sórdida do toma-lá-dá-cá sem que tenha retirado da cena política a conjugação de fatores que levam à descrença na sua classe política.

Se a fala do Presidente Lula - a de que há de cortar na própria carne para vencer a batalha contra a corrupção - for levada a sério, nossos congressistas saberão evocar o espírito dos grandes homens públicos que fizeram nosso Parlamento brilhar na constelação americana, e saberão separar o joio do trigo.

E, por fim, não morrerá nunca entre nós a esperança de que o cidadão – dono absoluto do voto e da condição de mudar a política deste país – não se deixará enganar pelo manto diáfano da ilusão que está sendo posto diante de todos nós.

A questão, no momento, não é político-ideológica ou político-partidária, mas é de ação política para a realização das grandes reformas que são pedidas pela nação brasileira: a reforma política, a reforma tributária, a reforma fiscal e a reforma educacional.

Elas, porém, somente acontecerão se o primado da ética voltar a imperar no meio político.

Obrigado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pela atenção. Também agradeço ao Deputado que me concedeu os minutos a mais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, visitantes, em um primeiro momento, quero registrar a inédita e exemplar atuação da polícia mineira, que conseguiu, na semana passada, desbaratar, desmantelar uma quadrilha cruel que aterrorizava os mineiros, levando pânico e intranquilidade à população e provocando altos prejuízos a nosso Estado, com furtos, assaltos, roubos e até mortes.

Com uma atuação exemplar, responsável e adequada, a polícia mineira conseguiu desmantelar essa quadrilha que causou muito medo ao povo, principalmente aos profissionais que trabalham em transportadoras de valores. Graças à sua ação eficiente, esses bandidos foram colocados em seu devido lugar: na cadeia, pois lugar de ladrão é a cadeia. Parabéns à polícia mineira por essa atuação exemplar!

Aproveito a oportunidade para falar de minha caminhada política. Já estou exercendo o terceiro mandato de Deputado Estadual nesta Casa e fui reeleito com aproximadamente 68 mil votos pelo PL, que, como todos sabem, é muito organizado, bem estruturado e detentor de grandes valores. Esse partido proporcionou-me um enorme aprendizado e, com certeza, tem nobres ideais que coadunam com os propósitos elevados do povo brasileiro.

Assinalo aqui o momento que talvez tenha sido o mais marcante de minha caminhada no PL, quando tivemos a oportunidade de encarnar muito bem o pensamento e o sentimento do povo mineiro e brasileiro, levando nosso querido José Alencar, homem público notável, de trajetória pública admirável e respeitável, à condição de Vice-Presidente da República.

Confesso a V. Exa., Sr. Presidente, aos Deputados e às Deputadas, que minha convivência nesse Partido foi um grande aprendizado. Atendemos, naquele momento, à manifestação do povo. Registro aqui o trabalho valoroso, as lutas e as ações desenvolvidas por nosso Presidente em nível estadual, Zé Santana, que, com muita lealdade, fidelidade e apreço à nossa pessoa, promoveu esforços visando ao engrandecimento e enaltecimento dessa agremiação partidária.

Neste momento, sempre humilde e atento às manifestações e aos clamores de nossas bases políticas e de nosso povo - gente simples que sabe o que quer e determina rumos para nossa caminhada -, encontro-me convicto e cômico da necessidade de atender a um chamamento. Em um primeiro momento, estou-me desfilando do PL, e registro meu sentimento de alegria e gratidão pelos ensinamentos a mim concedidos por essa agremiação em minha caminhada. Por outro lado, convicto da necessidade de mudança de rumos e caminhos e plenamente consciente do trabalho desenvolvido em nosso Estado, reconhecemos que é preciso emprestar nosso nome às fileiras do PSDB.

Sr. Presidente, hoje o PSDB se insere na condição de vanguarda das manifestações mineiras e, de forma singular, como porta-voz privilegiado dos desejos, objetivos e sonhos de todos os mineiros.

Minas está vivenciando um novo momento: a construção de um novo Estado e a sua reinserção de destaque no cenário nacional. Em nossa Minas Gerais estamos tendo a oportunidade de testemunhar, de participar e de compartilhar de uma administração inédita do PSDB, que se notabiliza pela eficiência, pela austeridade e pela probidade no trato da coisa pública. O PSDB tornou-se uma referência para os outros Estados da Federação.

Minas é outra, mais feliz e mais próspera. Podemos observar as ações do nosso Governador voltadas para a regionalização da saúde, levando uma atenção primária ao povo mineiro.

Por outro lado e em outro segmento, observamos ações efetivas do nosso governo, quando consegue realizar o sonho de milhares de mineiros, levando o tão sonhado asfalto às nossas centenas de cidades que ainda não dispunham desse benefício.

Observamos também a sensibilidade e a eficiência do nosso Governador, principalmente quando se trata de algum assunto pertinente ao nosso funcionalismo público.

Por isso Minas está mudando, e, sob a liderança desse grande estadista, está conseguindo escrever uma outra página, muito mais rica, mais pujante e à altura do merecimento e da tradição da nossa querida terra.

Aécio Neves é um homem privilegiado, de mente privilegiada e dotado de valores e de inúmeras qualidades, a maior expressão política do nosso Estado e do nosso PSDB e, por que não dizer, a maior expressão política do nosso País. Com altivez, sentimento altruísta e espírito altaneiro, está se colocando como referência administrativa para Minas e para todo o País.

Por isso, Sr. Presidente, por estar acreditando nesse novo projeto desenvolvido e liderado pelo nosso Governador, no intuito de reerguer e reconstruir uma nova Minas, anuncio que aceito esse desafio de ingressar nas fileiras do PSDB. Com muito orgulho e muito prazer, posiciono-me, na condição de modesto caminhante, solidário com essas manifestações, com a vontade e com o desejo dos mineiros.

Portanto, Sr. Presidente, com esse sentimento de gratidão, agradeço ao PL e ao Deputado José Santana a condução sempre idônea, efetiva e correta. Parabênizo o PL pelo grande líder José Alencar, figura altamente reconhecida, que engrandece a história de Minas e a do nosso país.

Com muito carinho, fraternidade e alegria, agradeço a convivência e a confraternização que a Bancada do PL sempre concedeu a este parlamentar, por meio de um relacionamento afetuoso, solidário, de respeito, de apreço e de distinção.

Relato e assinalo o trabalho singular desses bravos e guerreiros baluartes do PL em Minas: Deputados Márcio Passos, Antônio Genaro, Roberto Ramos, João Bittar, Célio Moreira, Jayro Lessa e nosso Líder Leonardo Moreira, sempre cordial e atencioso com nossa luta dentro dessa agremiação partidária que tanto nos ensinou e norteou sobremaneira em nossa peregrinação na busca de proporcionar ao povo, principalmente aos mais carentes, uma vida melhor, mais próspera e mais feliz. Registro meu abraço de gratidão e contentamento ao PL.

Encontro-me revigorado e mais fortalecido para o enfrentamento das inúmeras adversidades que a vida pública nos impõe. No PSDB, partido do Senador Eduardo Azeredo, do Governador e estadista Aécio Neves, ao lado dessa bancada de grande credibilidade e sabedoria, tenho certeza de que terei oportunidade de desempenhar o papel confiado pelos mineiros com mais eficiência e serenidade. Vamos juntos, Minas! Vamos juntos, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, continuar o resgate da dignidade dos mineiros, corroborando as metas designadas pelos sentimentos altruístas do Governador Aécio Neves. Vale a pena sonhar, construir e realizar. Com muito orgulho, ingresso no PSDB para dar minha humilde e constante contribuição para que Minas seja verdadeiramente de todos os mineiros, mais feliz, mais humana e mais solidária. Esse é o desejo desta Casa, do nosso Presidente e do Governador Aécio Neves, que prepara nossa terra para gerações vindouras. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/6/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando, a partir de 20/6/2005, Antônio de Castro Siqueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 20/6/2005, Clélia Magalhães Martins do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 20/6/2005, Janice dos Anjos Coelho do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 20/6/2005, Valdemar Silva Filho do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 20/6/2005, Vanilda Maria da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 20/6/2005, Zilach Eleny de Campos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Antônio de Castro Siqueira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Geraldo Gonçalves do Vale para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Janice dos Anjos Coelho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Valdemar Silva Filho para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Wellington Martins Ramos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Zilach Eleny de Campos para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

nomeando Joaquim Anacleto Nogueira da Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2005

CONVITE Nº 6/2005

Data de julgamento da proposta técnica: 17/6/2005.

Objeto: contratação de empresa ou profissional autônomo, para elaboração de projeto de engenharia de serviços de revitalização dos sistemas de ar condicionado do Palácio da Inconfidência.

Pontuação da licitante: Arfluxo Ar Condicionado e Ventilação Ltda., 29 pontos.

Data de abertura do envelope referente à proposta de preços: 22/6/2005, às 10 horas.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2005.

Eduardo de Mattos Fiúza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.